

Fevereiro de 2023

Parâmetros

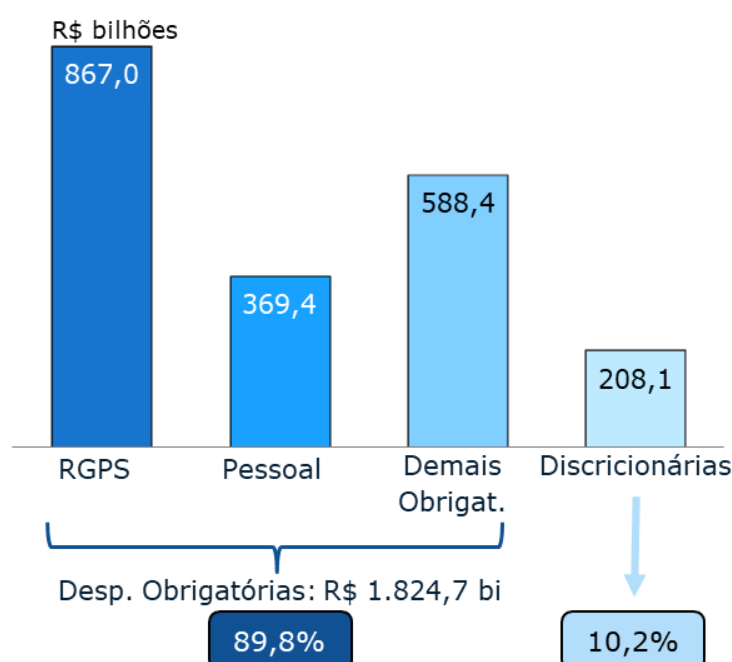


Total da Despesa¹

Item	Valor	% do Total	% do PIB
Despesas Primárias Líquidas ²	2.032,9	38,1%	19,1%
Transferências Constitucionais	445,0	8,3%	4,2%
Investimentos das Estatais	143,5	2,7%	1,4%
Rolagem da Dívida	2.010,3	37,6%	18,9%
Amortização	223,4	4,2%	2,1%
Juros	325,8	6,1%	3,1%
Demais Despesas Financeiras	160,3	3,0%	1,5%
Total	5.341,2		

- Total dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de invest. das estatais.
- Líquidas de transferências. Somente orçamentos fiscal e seguridade social.

Despesas Primárias Líquidas

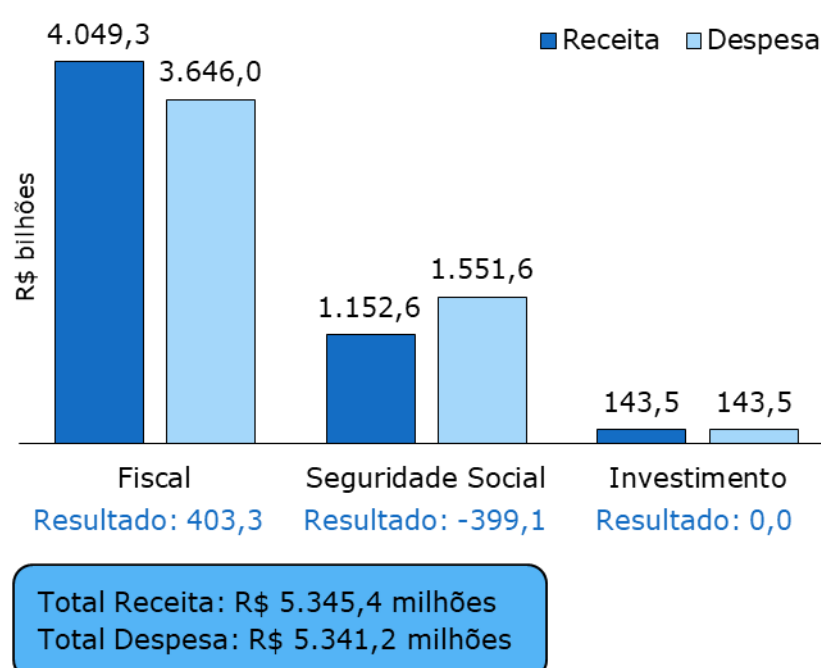


Resultado Fiscal do Governo Central

	R\$ bilhões	%
Receita Primária Líquida	1.813,6	17,1%
(-) Despesa Primária Líquida	2.032,9	19,1%
Deficit Primário Orçamentário	219,3	2,1%
(-) Demais Fatores e Ajustes ¹	9,0	0,1%
Deficit Primário	228,3	2,1%
(-) Juros Líquidos ²	658,2	6,2%
Deficit Nominal	886,5	8,3%

- Inclui ajustes entre os regimes de caixa e competência.
- Juros recebidos (ativos) – juros pagos (passivos).

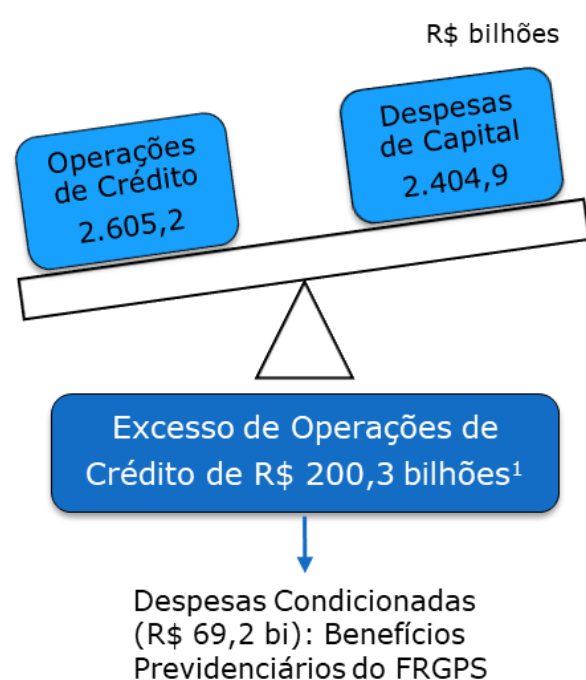
Resultado por Esfera Orçamentária



Teto de Gastos

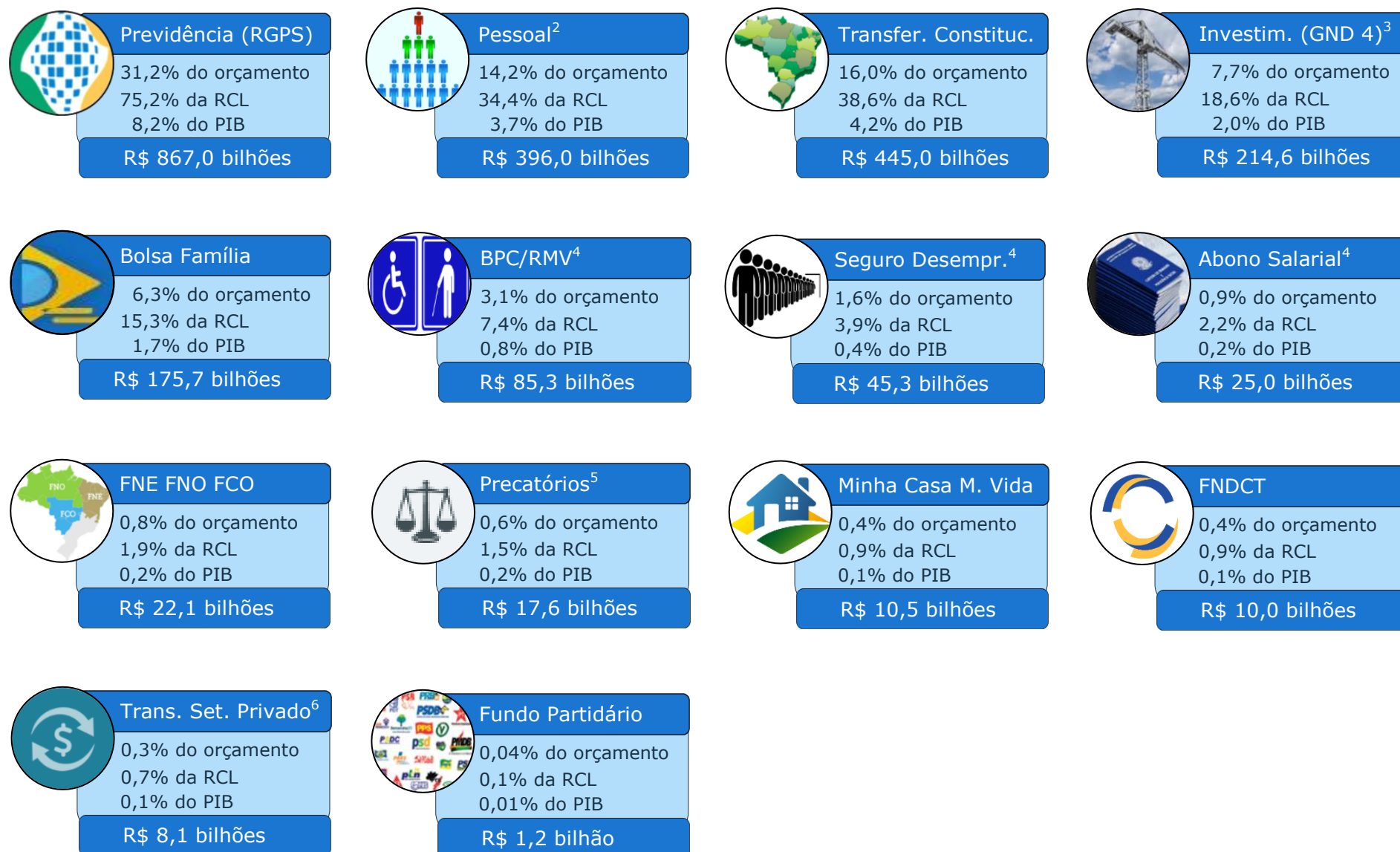
Item	R\$ bilhões
Despesas Primárias	2.477,7
Exclusões	546,6
Transferências Constitucionais	444,9
FCDF	22,8
Retorno de subsídios abertos por MPV	-1,9
Pleitos Eleitorais	0,7
Precatórios	15,4
FUNDEB	40,0
Ecargos decorrentes o § 21 do art. 100 da CF/88	0,0
Investimento nas Estatais	0,0
Despesas da IFEs	1,6
Despesas das ICTs	0,1
Doações socioambientais	0,0
Convênios para obras de engenharia	0,0
Investimentos não sujeitos ao limite de gastos	23,0
Despesas orçamentárias sujeitas ao teto	1.931,2
Ajustes não orçamentários	9,0
Total de despesas sujeitas ao teto	1.940,2
Limite para 2022	1.945,3
Excesso	5,1

Regra de Ouro



- As despesas custeadas com o excesso de operações de crédito dependerão da aprovação de créditos adicionais pelo Congresso Nacional. No entanto, parte do excesso de operações de crédito (R\$ 131,0 bi) está ressalvada do cumprimento da regra de ouro, tendo em vista a EC 126/2022.

Despesas em Destaque¹



1. Percentuais do orçamento excluídos os serviços da dívida (juros e amortizações).

2. Inclui inativos/pensionistas do set. público (150,9 bi; sendo R\$ 4,3 bi relativos ao FCDF) e contribuição previdenciária da União (R\$ 26,6 bi).

3. Inclui R\$ 143,5 bilhões de investimentos das estatais federais.

4. Os valores para o BPC/RMV, Seguro Desemprego e Abono Salarial desconsideram as sentenças judiciais.

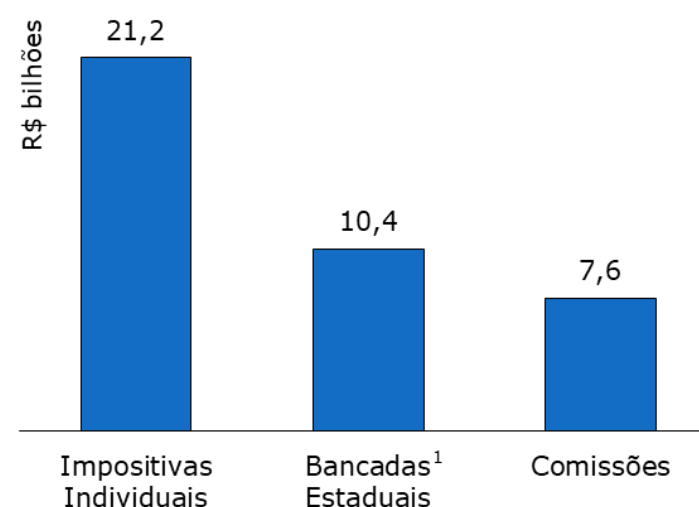
5. Valor desconsidera as demais sentenças judiciais. Valor total das despesas primárias com sentenças judiciais (precatórios, inclusive) é de R\$ 61,6 bi.

6. Inclui apenas despesas discricionárias.

Estoque de Restos a Pagar - RAP

	R\$ bilhões
Saldo de Restos a Pagar a Pagar em 2022	58,1
Reinscritos	54,7
(+) Inscritos para 2023	200,6
Estoque Total de Restos a Pagar para 2023	255,2
(-) Cancelados/Pagos em 2023	116,8
Estoque Total de Restos a Pagar em Fev/2023	138,5
RAP Processados	9,7
RAP Não Processados	128,7

Emendas Aprovadas



1. Sendo R\$ 7,7 bilhões de execução obrigatória.

Mínimos Constitucionais¹

Educação (MDE)	
Total	R\$ 130,5 bi → 1,2% do PIB
Parcela excluída da apuração	R\$ 33,3 bi
Excedente ao Piso	R\$ 29,8 bi
Piso	R\$ 67,3 bi

Saúde (ASPS)	
Total	R\$ 171,2 bi → 1,6% do PIB
Excedente ao Piso	R\$ 21,3 bi
Piso	R\$ 149,9 bi

1. Correção dos valores de acordo com regra da EC nº 95.

Benefícios Fiscais em 2023

Benefícios	R\$ bi	% PIB	% RCL	% Arrecad
Tributários	456,1	4,3%	39,6%	21,7%
Financeiros	52,3	0,5%		
Creditícios	78,1	0,7%		
Total	586,4	5,5%		

Arrecadação: R\$ 2.100,2 bilhões

R\$ bilhões

Gasto Tributário	Valor	%
Simples Nacional	88,5	19,4%
Agricultura e Agroindústria	53,9	11,8%
Zona F. de Manaus e Áreas de L. Comércio	55,3	12,1%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	45,3	9,9%
Entidades Sem Fins Lucr. - Imunes / Isentas	35,4	7,8%
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	30,0	6,6%
Poupança e Títulos de Crédito - Imob. Agro.	19,4	4,3%
Medicam., Prod. Farmacêut. e Equip. Médicos	18,0	3,9%
Benefícios do Trabalhador	16,2	3,5%
Desenvolvimento Regional	15,4	3,4%
Setor Automotivo	10,0	2,2%
Desoneração da Folha de Salários	9,4	2,1%
Demais	59,3	13,0%
Total	456,1	100,0%

Dívida Ativa (União + FGTS) em 2021

Estoque da Dívida Ativa

R\$ 2,7 trilhões

71,7%: tributos não previdenc.
23,3%: tributos previdenciários
3,5%: não tributários
1,5%: FGTS/CS

Quantidade de Devedores

5,2 milhões

25.415: grandes devedores
Valor devido: 1,8 trilhão
5.174.859: demais devedores
Valor devido: 0,9 trilhão

Valor Recuperado em 2021

R\$ 31,7 bilhões

50,3%: tributos não previdenc.
24,5%: tributos previdenciários
20,8%: depósito
4,5%: demais naturezas

Rating dos Devedores

Rating A: 11,1%

Rating B: 25,9%

Rating C: 15,4%

Rating D: 47,5%

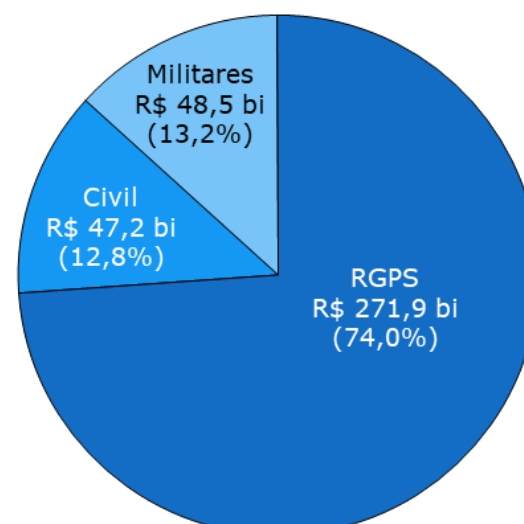
Aguardando classificação: 0,01%

Previdência¹

R\$ bilhões

Regimes Próprios	Civis	Itens de Resultado	Valores	% PIB
		Receita	41,1	0,4%
	Despesa	88,3	0,8%	
	Deficit	47,2	0,4%	
Militares ²	Itens de Resultado	Valores	% PIB	
	Receita	8,9	0,1%	
	Despesa	57,4	0,5%	
	Deficit	48,5	0,5%	
Total	Civis + Militares	95,7	0,9%	
RGPS ³	Urbano + Rural	Itens de Resultado	Valores	% PIB
		Receita	595,1	5,6%
	Despesa	867,0	8,2%	
	Deficit	271,9	2,6%	

Deficit Total para 2023:
R\$ 367,6 bilhões (3,5% do PIB)



1. O déficit projetado de R\$ 3,4 bilhões para o FCDF foi desconsiderado.
2. No caso dos militares, inclui pensões e inatividade.
3. O Projeto não discrimina o RGPS em urbano e rural.

Fevereiro de 2023

Órgãos Orçamentários¹

R\$ bilhões

Órgãos	Total	Invest. (GND 4)
Ministério do Trabalho e Emprego	956,4	0,14
Ministério Desen. e Assist. Social, Família	276,4	1,10
Ministério da Saúde	181,6	6,5
Ministério da Educação	147,2	4,2
Ministério da Defesa	118,0	8,7
Judiciário + M. Público + Defensoria	63,1	1,9
Ministério Integr. e Desenvol. Regional	31,7	17,8
Ministério da Fazenda	29,6	0,4
Ministério dos Transportes	22,6	17,3
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18,0	2,2
Legislativo + TCU	15,5	0,4
Ministério da Agricultura e Pecuária	13,9	1,5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inov.	8,8	0,7
Demais ²	595,0	8,1
Total	2.477,9	71,1

1. Apenas despesas não financeiras e das esferas fiscal/seguridade social.
2. Além de outros Ministérios, Presidência da República, Vice-Presidência, AGU e CGU, o item "Demais" envolve transferência aos entes (R\$ 349,5 bilhões), encargos financeiros da União e operações oficiais de crédito.

Identificador de Resultado Primário¹

R\$ bilhões

Identificador de Resultado Primário	Total
0 - Financeiro	2.719,7
1 - Primário Obrigatória	2.269,8
2 - Primário Discricionário ²	171,6
6 - Discricionária decorrente de emendas individuais de execução obrigatória	21,2
7 - Discricionária decorrente de emendas de bancada impositiva	7,7
8 - Discricionária decorrente de emendas de comissão permanente	7,6
Total	5.197,6

1. Somente orçamentos fiscal e da seguridade social.
2. Dentro do identificador de resultado primário 2, há R\$ 2,7 bilhões referente a emendas de bancadas estaduais de execução não obrigatória.

Glossário

RGPS: Regime Geral da Previdência Social

GND: Grupo Natureza de Despesa

RMV: Renda Mensal Vitalícia

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FCDF: Fundo Constitucional do Distrito Federal

ASPS: Ações e serviços públicos de saúde

FNE: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FCO: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

RCL: Receita Corrente Líquida

BPC: Benefício de Prestação Continuada

PLoA: Projeto de Lei Orçamentária Anual

CS: Contribuição Social

MDE: Manutenção e desenvolvimento do ensino

RPPS: Regime Próprio de Previdência Social

FNO: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNDCT: Fundo Nacional de Desenvol. Científico e Tecnológico

Fontes

<<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>>

<<https://www.siop.planejamento.gov.br/>>

<<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>

<<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br>>

<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/pgfn-em-numeros-2014/pgfn_em_numeros.pdf>

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

Equipe Técnica: Vinicius Ribeiro, Rodrigo Roriz, Fernando de Medeiros e Túlio Cambraia

Coordenação do Orçamento: Hélio Rêgo e Marcelo de Rezende

Diretor CONOF: Wagner Primo

Diretor-Geral: Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa: Ruthier de Sousa Silva